



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AOS PARTICIPANTES NA ASSEMBLEIA PLENÁRIA
DA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ**

Sala Clementina

Sexta-feira, 15 de Janeiro de 2010

Senhores Cardeais

Venerados Irmãos

no Episcopado e no Sacerdócio

Caríssimos fiéis colaboradores

É para mim motivo de grande alegria encontrar-me convosco por ocasião da Assembleia Plenária e manifestar-vos os sentimentos de profundo reconhecimento e de cordial apreço pelo trabalho que levais a cabo ao serviço do Sucessor de Pedro no seu ministério de confirmar os irmãos na fé (cf. *Lc 22, 32*).

Agradeço ao Senhor Cardeal William Joseph Levada o seu discurso de saudação, no qual evocou as temáticas que actualmente empenham a Congregação, assim como as novas responsabilidades que o *Motu Proprio "Ecclesiae unitatem"* lhe confiou, unindo de forma estreita ao Dicastério a *Pontifícia Comissão Ecclesia Dei*.

Senhor Cardeal, agora gostaria de reflectir brevemente a propósito de alguns aspectos expostos por Vossa Eminência.

Em primeiro lugar, desejo sublinhar o modo como a vossa Congregação participa no ministério de unidade, que foi confiado, de modo especial, ao Pontífice Romano, mediante o seu compromisso pela fidelidade doutrinal. Com efeito, a unidade é primariamente *unidade de fé*, sustentada pelo depósito sagrado cujo primeiro guardião e defensor é o Sucessor de Pedro. Confirmar os irmãos na fé, conservando-os unidos na confissão de Cristo crucificado e ressuscitado constitui para aquele que se senta na Cátedra de Pedro a primeira e fundamental missão que lhe é conferida por Jesus. Trata-se de um serviço inadiável, do qual depende a eficácia da obra evangelizadora da Igreja até ao fim dos séculos.

O Bispo de Roma, de cuja *potestas docendi* participa a vossa Congregação, deve proclamar constantemente: "*Dominus Iesus*" "Jesus é o Senhor". Com efeito, a *potestas docendi* comporta a obediência à fé, a fim de que a Verdade que é Cristo continue a resplandecer na sua grandeza e a ressoar para todos os homens na sua integridade e pureza, de tal forma que haja um só rebanho reunido ao redor do único Pastor.

Portanto, o alcance do testemunho comum de fé por parte de todos os cristãos constitui a prioridade da Igreja de todos os tempos, com a finalidade de conduzir todos os homens ao encontro com Deus. Neste espírito, confio de modo particular no compromisso do Dicastério a fim de que sejam superados os problemas doutrinários que ainda subsistem para a consecução da plena comunhão com a Igreja da parte da *Fraternitas S. Pio X*.

Além disso, desejo alegrar-me pelo empenho a favor da plena integração de grupos de fiéis e de indivíduos singularmente, já pertencentes ao Anglicanismo, na vida da Igreja Católica, em conformidade com quanto está estabelecido na Constituição Apostólica *Anglicanorum coetibus*. A adesão fiel destes grupos à verdade recebida de Cristo e proposta pelo Magistério da Igreja não é de modo algum contrária ao movimento ecuménico mas, pelo contrário, mostra a sua finalidade derradeira, que consiste em alcançar a comunhão plena e visível dos discípulos do Senhor.

No precioso serviço que prestais ao Vigário de Cristo, apraz-me recordar também que a Congregação para a Doutrina da Fé, em Setembro de 2008, publicou a Instrução *Dignitas personae*, a respeito de algumas questões de bioética. Depois da Encíclica *Evangelium vitae*, do Servo de Deus João Paulo II, em Março de 1995, este documento doutrinário, centrado no tema da dignidade da pessoa, criada em Cristo e por Cristo, representa um novo ponto de referência no anúncio do Evangelho, em plena continuidade com a Instrução *Donum vitae*, publicada por este mesmo Dicastério em Fevereiro de 1987.

Em temas tão delicados e actuais, como aqueles que dizem respeito à procriação e às novas propostas terapêuticas que comportam a manipulação do embrião e do património genético humano, a Instrução recordou que "o valor ético da ciência biomédica mede-se com a referência, quer ao respeito incondicionado devido a cada ser humano, em todos os momentos da sua existência, quer à tutela da especificidade dos actos pessoais que transmitem a vida" (Instrução *Dignitas personae*, n. 10). Deste modo, o Magistério da Igreja tenciona oferecer a própria contribuição para a formação da consciência não apenas dos fiéis, mas de quantos procuram a verdade e querem prestar atenção a argumentações que vêm da fé, mas inclusive da própria razão. Com efeito, ao propor avaliações morais para a pesquisa biomédica sobre a vida humana, a Igreja inspira-se na luz tanto da razão como da fé (cf. *ibid.*, n. 3), pois está persuadida de que "o que é humano não só é acolhido e respeitado pela fé, mas por ela é também purificado, elevado e aperfeiçoado" (*ibid.*, n. 7).

Neste contexto oferece-se inclusive uma resposta à mentalidade difundida, segundo a qual a fé é

apresentada como obstáculo para a liberdade e a pesquisa científica, porque seria constituída por um conjunto de preconceitos que viciariam a compreensão objectiva da realidade. Diante de tal atitude, que tende a substituir a verdade com o consenso, frágil e facilmente manipulável, a fé cristã oferece ao contrário uma autêntica contribuição também no âmbito ético-filosófico, não fornecendo soluções prefabricadas para problemas concretos, como a pesquisa e a experimentação biomédica, mas propondo perspectivas morais confiáveis no interior das quais a razão humana pode procurar e encontrar soluções válidas.

Efectivamente, existem determinados conteúdos da revelação cristã que esclarecem as problemáticas bioéticas: o valor da vida humana, a dimensão relacional e social da pessoa, a conexão entre os aspectos unitivo e procriativo da sexualidade e a centralidade da família fundada no matrimónio entre um homem e uma mulher. Estes conteúdos, inscritos no coração do homem, são compreensíveis também racionalmente como elementos da lei moral natural e podem despertar o acolhimento por parte daqueles que não se reconhecem na fé cristã.

A lei moral natural não é exclusiva nem predominantemente confessional, embora a Revelação cristã e a realização do homem no mistério de Cristo ilumine e desenvolva plenamente a sua doutrina. Como afirma o *Catecismo da Igreja Católica*, ela "enuncia os preceitos primários e essenciais que regem a vida moral" (n. 1.955). Alicerçada na própria natureza humana e acessível a cada criatura racional, a lei moral natural constitui deste modo a base para entrar em diálogo com todos os homens que procuram a verdade e, mais em geral, com a sociedade civil e secular. Esta lei, inscrita no coração de cada homem, diz respeito a uma das questões essenciais da própria reflexão sobre o direito e interpela igualmente a consciência e a responsabilidade dos legisladores.

Enquanto vos encorajo a dar continuidade ao vosso serviço exigente e importante, desejo manifestar-vos também nesta circunstância a minha proximidade espiritual, concedendo de coração a Bênção Apostólica a todos vós, como penhor de carinho e de gratidão.